

O SÍTIO DO FORTE DE SÃO PAULO

ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA RIBEIRA OCIDENTAL DE LISBOA NA ÉPOCA MODERNA

SARA FERREIRA Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc, sara.isabel91@hotmail.com

ANDRÉ BARGÃO Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, FCSH/UNL-UAc, andrebargao@gmail.com

RESUMO O presente trabalho tem como objetivo a análise arqueológica do forte de São Paulo, edificado na antiga freguesia homónima, em Lisboa, a partir da segunda metade do século XVII.

Partindo do estudo dos vestígios arqueológicos associados à estrutura militar exumados no Mercado da Ribeira e na Praça D. Luís I, proceder-se-á à caracterização arquitetural e à análise do espólio, visando a compreensão da dinâmica estratigráfica, bem como a perceção da implementação geoestratégica inerente à sua construção. Paralelamente pretende-se que os dados obtidos permitam uma melhor perceção da diacronia ocupacional desta área ribeirinha de Lisboa, fulcral na expansão marítima portuguesa.

PALAVRAS CHAVE Séculos XVII-XIX, defesa, fortificações marítimas, Ribeira de Lisboa, aterros

ABSTRACT This work aims to analyse the archaeological remains of the Fort of São Paulo, built in the homonymous old parish (Lisbon), from the second half of the 17th century onwards.

Based on the study of the archaeological structures found in Mercado da Ribeira and Praça D. Luís I excavations, we will assess its architectural and artefacts characteristics, in connection to the stratigraphical dynamics, as well as the geostrategic implementation of its construction.

Simultaneously, the data recorded allows us to better understand the diachrony of the occupation of this area. This way we intend to contribute to the knowledge of Lisbon's riverside during the maritime Portuguese expansion.

KEYWORDS 17th-19th centuries, defense, coastal fortifications, Ribeira de Lisboa, land leveling

INTRODUÇÃO

A análise das realidades arqueológicas do forte de S. Paulo, edificado na antiga freguesia homónima de Lisboa, partiu das intervenções realizadas no interior Mercado da Ribeira (2003-2004) e na Praça D. Luís I (2011-2012) ambas a cargo da empresa ERA – Arqueologia, S.A., sendo a última intervenção efectuada em colaboração com o CHAM. Os dados reunidos permitiram aferir cronologias à estrutura, mas também, depreender a diacronia ocupacional do espaço (figura 1).

A CIDADE DE ÉPOCA MODERNA E A FREGUESIA DE S. PAULO

No advento da Expansão Portuguesa, a cidade expandiu-se em direcção à foz do Tejo, acompanhando a construção de uma rede de infra-estruturas de apoio ao comércio ultramarino. O gigantismo atingindo pelo perímetro urbano, rompeu com a delimitação estabelecida pela muralha fernandina, que atendendo aos avanços incrementados pela pirobalística, encontrava-se à época, ultrapassada.

A actualização da urbe ao disparo de bocas-de-fogo, ensaiada nos finais do século XV, com a construção da Torre Velha da Caparica, encontrou-se focada na edificação de um conjunto de fortificações entre Belém a Cascais. Contudo, o encetar do clima de tensão bélica



1. Localização das intervenções arqueológicas na Praça D. Luís I (a Oeste) e no interior do Mercado da Ribeira (a Este) (adaptado de C.M.P. 1:25 000, Folha 431 – excerto).

com Castela após 1640, conduziu à criação de um organismo encarregue das questões militares do reino, designado por “Conselho de Guerra”.

Sobre o cunho do *Conselho* fora idealizado o erguer de uma cerca abaluartada, composta por 32 baluartes, sobre o perímetro urbano definido pelo levantamento topográfico de José Nunes Tinoco. O projecto, designado por “Linha Fundamental de Fortificação”, contornaria Lisboa a Norte, entre o Arco do Carvalhão, S. Sebastião da Pedreira e o Alto de S. João, fechando a cidade junto ao Tejo; a Oeste no Vale de Alcântara; e a Este na Cruz da Pedra, em Santa Apolónia (Rossa, 1990, p. 31-32).

No ano de 1652, os trabalhos de fortificação iniciaram-se focados na construção dos baluartes de Alcântara e Santa Apolónia. Porém, em 1656 a inspecção das obras realizada pelo General Schomberg, classificou-as de ultrapassadas e impossíveis de erguer, face ao financiamento disponível. Deste modo, a defesa da urbe fora repensada, circunscrevendo-se à salvaguarda das actividades marítimo-portuárias. Assim, em 1662 a Câmara de Lisboa decreta a continuidade dos trabalhos, focando-os na construção dos baluartes: S. João de Deus; S. Paulo; Remolares; e acrescentar aos já erguidos, baluartes de Alcântara e Santa Apolónia e Terreiro do Paço, datado de 1626 (Oliveira, 1904, p. 1904).

Relativamente ao sítio de S. Paulo, considera-se que a fixação populacional da área ocorreu nos finais do século XV, aquando da expansão do perímetro da cidade. A aproximação à foz do Tejo vinculou a apetência marítima do núcleo do povo. Em consequência, em 1649, foi edificada no local a "Junta da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil". As actividades a si conectadas salientaram a necessidade de guarnecer o local, construindo-se a Este, o forte de S. Paulo, na segunda metade do século XVII. Todavia, no ano de 1720 as actividades da Junta cessaram, para os seus edifícios fora transferida no mesmo ano a Casa da Moeda, que incutiu à estrutura militar a salvaguarda das actividades de cunhagem (Murteira, 1994, p. 316).

A descrição arquitectónica do forte de S. Paulo, anterior à catástrofe de 1755, assenta nas representações iconográficas realizadas à cidade. Nestas fora reproduzido sobre um formato triangular, encimada no vértice Sul por uma pequena guarita. A partir de 1755, o edifício é alvo de múltiplas ampliações, adquirindo um formato rectangular, que o aproximou da Casa da Moeda, mantendo-se assim, até ao final da primeira metade do século XIX.

A PRAÇA DE D. LUÍS I (2011-2012)

A mais recente identificação dos vestígios do forte de S. Paulo ocorreu aquando dos trabalhos arqueológicos realizados na Praça D. Luís I, localizada na actual freguesia da Misericórdia, em Lisboa. A intervenção permitiu identificar uma vasta panóplia de estruturas de interface do período moderno, destacando-se no canto Nordeste da praça, o registo de dois paramentos em alvenaria de silhares, com uma planta em "L" (Sarrazola *et al.*, 2013, p. 146-143) (figura 2).



2. Registo fotográfico da evidência do forte de S. Paulo (Fonte: ERA – Arqueologia, S.A.).

A sobreposição georreferenciada dos vestígios, na cartografia oitocentista disponível, permitiu constatar a incidência dos paramentos num compartimento anexo à estrutura militar.

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

O estudo do acervo artefactual circunscreveu-se ao perímetro definido pelos paramentos, para a percepção das diferentes dinâmicas construtivas da estrutura anexa. Nos depósitos anteriores à sua edificação foi possível reunir um conjunto de 116 formas de pão-de-açúcar (NMI – *Número Mínimo de Individuos*).

Na observação do conjunto de exemplares, depreende-se a existência de dois grupos de fabrico de pastas semelhantes, distinguíveis pelo acabamento de superfície a que os exemplares foram alvo. Os espécimes apresentam uma pasta composta por abundantes elementos não plásticos de calibre fino, nomeadamente quartzo, calcário, mica e partículas de óxido de ferro de cor escura, com cozeduras realizadas em ambientes redutores-oxidantes. Contudo, em 85 peças verificou-se a presença de uma aguada de tonalidade alaranjada/avermelhada (PDL11/12-[6005]Sd.3-111), sendo os restantes 31 exemplares, revestidos por aguadas de cor acinzentada/violácea (PDL11/12-[6005]Sd.3-110). A globalidade do conjunto apresenta morfologias de bordo simples, não emoldurado, com diâmetros compreendidos entre os 18 e os 32 cm. As características formais, anteriormente descritas, permitem-nos integrar o conjunto no "Tipo III" da tipologia avançada para a cidade de Machico, que aponta como proveniência provável das argilas, os barreiros da região de Aveiro (Sousa, 2005, p. 309-310).

A presença do conjunto cerâmico descrito parece correlacionar-se, com o Alvará de 14 de Julho de 1751, no qual é consentido ao britânico Christiano Henriques Smith, o estabelecimento de uma refinaria de açúcar no largo da igreja de S. Paulo. Decerto, a localização indicada da manufatura beneficiaria da proximidade da Junta do Comércio, à qual afluíam os excedentes do pão-de-açúcar brasileiro (Macedo, 1940, p. 124-125).

A cronologia avançada à construção dos paramentos, pela presença de materiais correlacionados com a refinaria, aponta uma datação posterior a 1751. Estes dados são corroborados pela presença de outros materiais, associados em estratigrafia, com datações de fabrico afinadas entre os finais do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Este quadro integra, a identificação de produções europeias em grés, de que é exemplo o fragmento (PDL11/12-[6001/6011]-096), com uma pasta cinzenta clara, sobre a qual se aplicou um vidrado de sal de cor castanha, alternado por manchas de tonalidade esverdeada, característico das produções inglesas setecentistas, designadas por *Fulham Wares* (Hume, 1970, p. 113). Assim como, o fundo de garrafa (PDL11/12-[5074]-078), com uma pasta cinzenta, revestido por um vidrado de sal azul, idêntico aos recipientes líquidos produzidos nas oficinas de Westerwald, na Alemanha, a partir da segunda metade do século XVII (Hinton, 2012, p. 6-11).

À datação dos paramentos acresce a identificação de dois indivíduos (PDL11/12-[5074]-069 e PDL11/12-[5074]-070) mais recentes, enquadráveis nas produções inglesas designadas por *Creamware*, produzidas entre 1762-1820. Ambos apresentam uma pasta compacta e homogénea, com uma tonalidade creme, concebidos pelo polvilhamento de pó de chumbo sobre o biscoito da peça (Hume, 1970, p. 123-125).

No que concerne aos depósitos de implementação e preenchimento da estrutura, ressalta-se a escassez de espólio recolhido, facto que poderá assentar na remoção mecânica destas unidades estratigráficas (U.E.), condicionantes às possíveis leituras. Acrescenta-se ainda o cruzamento de uma construção de saneamento, que destruiu parte da estrutura em análise, em meados do século XIX. Deste modo, consideramos que a cronologia possível de avançar à edificação dos paramentos, aponta para o decorrer da segunda metade do século XVIII, assente na presença dos descartes da refinaria de açúcar de Christiano Smith e dos fragmentos de *Creamware*.

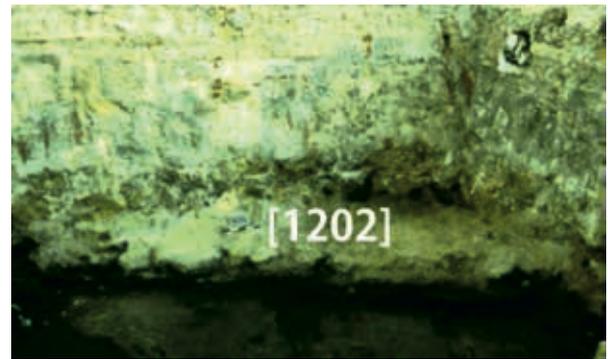
O MERCADO DA RIBEIRA (2003-2004)

Nos anos de 2003 e 2004, no âmbito da remodelação interna da ala Este do Mercado da Ribeira, situado na actual freguesia da Misericórdia (Lisboa), fora intervenida uma área de 765 m², dividida no terreno em dois sectores. Ao longo do Sector 2, foi identificado o Cais de S. Paulo (Gomes, 2014), ao passo que, na extremidade Noroeste do Sector 1, registou-se um dos paramentos do forte de S. Paulo (Charnoca *et al.*, 2005).

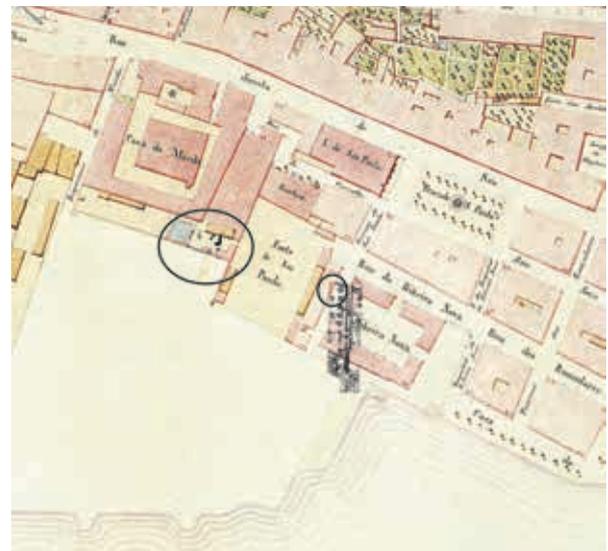
A composição do paramento, aquando do registo arqueológico, apresentava um acabamento irregular e heterógeno (6,86 x 2,43 m). A configuração assinalada poderá prender-se com as dinâmicas estratigráficas de anulação da estrutura embora, possa também elucidar a presença não de um paramento, mas do miolo do lanço Este do forte de S. Paulo. Este facto pode ser comprovado pela sobreposição georreferenciada do vestígio na cartografia oitocentista disponível (figura 3). A exiguidade e irregularidade do paramento, a par da complexa estratigrafia em associação, conduziram à selecção de todas as U.E.'s do Sector 1 a si conectadas. Deste modo, foi reunido um vasto universo composto por 7726 NMI, referentes a 12 975 fragmentos. A análise do conjunto foi repartido por categorias de produção, nas quais se procuraram salientar os elementos que permitissem atribuir uma cronologia aos materiais (figura 5).

OS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

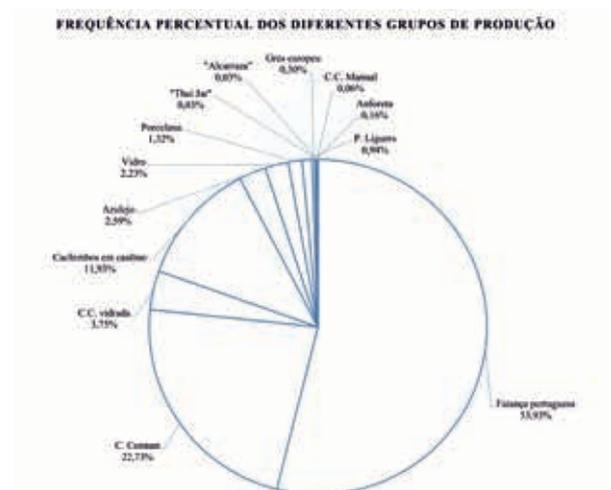
No universo analisado destacam-se, com a maior incidência percentual (53,93%), as produções portuguesas de vidrados estaníferos, designadas por faianças portuguesas. Os 4 167 NMI contabilizados circunscrevem-se, na sua maioria, a formas individuais de mesa como: pratos; tigelas e covilhetes. Apresentam decorações simples a azul e manganês, características das produções da segunda metade do século XVII e do decorrer século XVIII, nomeadamente: semicírculos con-



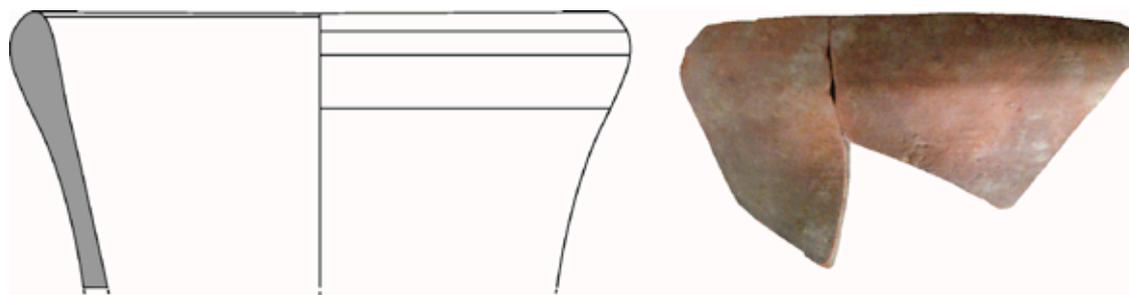
3. Registo fotográfico do vestígio de paramento do forte de S. Paulo [1202] (adaptado de ERA – Arqueologia, S.A.).



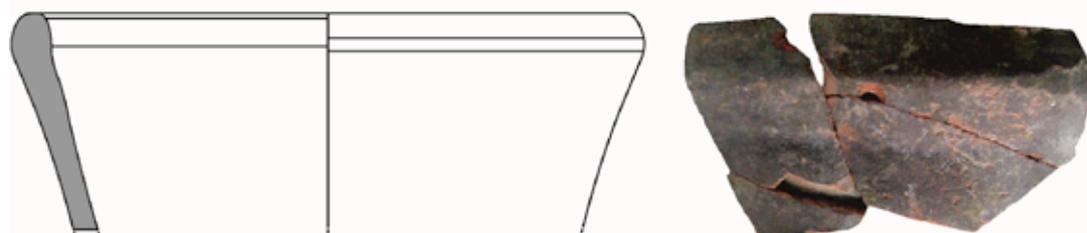
4. Pormenor e sobreposição georreferenciada dos vestígios do forte de S. Paulo, identificados na actual Praça D. Luís I em 2011-2012 (Oeste), e do lance da estrutura presente no levantamento gráfico da intervenção de 2003-2004 no Mercado da Ribeira (Este), ao levantamento topográfico de Filipe Folque de 1856 (adaptado de ERA – Arqueologia, S.A. e Museu da Cidade de Lisboa, MC.GRA.480).



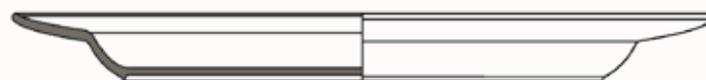
5. Frequência percentual dos diferentes grupos de produção identificados nos depósitos de aterro do Sector 1 (NMI) do Mercado da Ribeira.



PDLI11/12-[6005]Sd. 3-111



PDLI11/12-[6005]Sd. 3-110



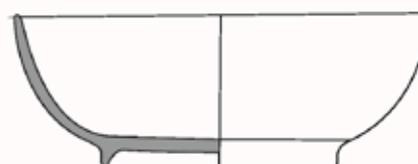
PDLI11/12-[5074]-070



PDLI11/12-[6001/6011]-096



PDLI11/12-[5074]-078



PDLI11/12-[5074]-069





cêntricos; três contas (MRLX03/04-[1224]-064); faixas barrocas; desenho miúdo e aranhões a manganês (Casimiro, 2013, p. 351-367).

Seguindo-se as produções em cerâmica comum (1 756 NMI, 22,73%) e vidradas (290 NMI, 3,75%), circunscritas a tipologias alusivas à confecção (MRL03/04-[1231]-091) e armazenamento de alimentos, acrescentando-se os recipientes de apoio à cozinha. No âmbito dos vidrados plumbíferos o reportório restringe-se, na sua generalidade, a alguidares (MRLX03/04-[1072]-095) e bispotes, cujos vidrados conferiam à peça, impermeabilidade e higienização da sua funcionalidade.

Em termos numéricos, seguem-se os 922 fragmentos de cachimbos em caulino, já publicados, provenientes dos centros produtores britânicos e holandeses. Os exemplares apresentam características formais, decorativas e demarcações de centros produtores, datáveis dos finais do século XVII e da primeira metade do século XVIII (Pinto *et al.*, 2011, p. 41-47).

Nas realidades arqueológicas em análise, foram igualmente reunidos, 200 fragmentos (2,59%) de azulejo do tipo majólica. Em termos técnicos e decorativos, utilizam os pigmentos de roxo de manganês; amarelo de chumbo e azul de cobalto, datáveis da segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII (Museu Nacional do Azulejo, p. 2).

Atendendo aos materiais vítreos exumados, fora contabilizada a presença de 172 NMI (2,23%), repartíveis pelas formas de frascos, vidraças e garrafas cilíndricas. Estas últimas, em maior número entre o subconjunto, foram executadas a pontel (MRLX03/04-[1056]-210) e apresentam marisas de secção subtriangular (MRLX03/04-[1066]-208), elementos característicos das produções vítreas do século XVIII (Medici, 2011, p. 337).

O conjunto contempla ainda, 102 NMI (1,32%) de porcelana chinesa, com um vasto espectro técnico e cronológico. Em associação estratigráfica, com decorações características dos finais do século XVII e XVIII, "Família Verde" (MRLX03/04-[1304]-164) e *Imari* chinês (MRLX03/04-[1217]-177), surgem em menor número, exemplares seiscentistas com decorações em medalhões centrais (MRLX03/04-[1182]-166) (Matos, 2003, p. 17-20). Em termos formais, o subconjunto de porcelanas é maioritariamente composto por recipientes associados à degustação de alimentos sólidos e líquidos, destacando-se as "pequenas tigelas/copos", nas quais eram ingeridas bebidas quentes, segundo o modelo oriental (Jorg, 2011, p. 93).

No conjunto em análise, ressalta a individualização de um subconjunto composto por 73 NMI (0,94%), com pastas depuradas de cor amarelada, revestidas por um esmalte de cor azul-esverdeada, com tipologias alusivas a formas de mesa (MRLX03/04-[1232]-186). Apresentam decorações referentes à cenografia Barroca, com a representação de elementos florais, arquitetónicos e cenas mitológicas, cujas características descritas, permitem integrá-los nas produções de Albisola, Savona e Génova, dos finais do século XVII e do decorrer do século XVIII (Beltrán e Miró, 2010, p. 26-27).

Sobre os indivíduos com uma pasta em grés, foram contabilizadas 23 peças (NMI, 0,30%), provenientes de

quatro centros europeus da actual Alemanha e Inglaterra, com tipologias alusivas a contentores de líquidos. Os exemplares ingleses, designados por *White Salt-glazed* (MRLX03/04-[1210]-133), apresentam uma pasta e superfície totalmente branca, com uma datação apontada para a primeira metade do século XVIII (Edwards e Hampson, 2005, p. 24). Com a mesma proveniência, e com uma cronologia de fabrico estabelecida entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII, encontram-se as peças designadas por *Fulham Wares* ou *Brown Salt Glazed* (MRLX03/04-[1210]-129). Estas últimas apresentam uma pasta cinzenta clara, com uma textura granulada, sobre a qual foi aplicado um vidrado de sal castanho, variável entre os tons de amarelo e verde (Green, 1971-1979, p. 109-151). Proveniente das oficinas setecentistas de Nottingham (MRLX03/04-[1232]-139), são os exemplares que apresentam uma pasta alaranjada, com uma superfície coberta por um vidrado, brilhante e metálico, de cor castanha (Hume, 1970, p. 180).

Por fim, originários das oficinas de Westerwald da Alemanha, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, encontram-se os indivíduos com pastas de cor cinzenta, sobre a qual foi aplicado um vidrado de sal, brilhante e lustroso, com cores a azul de cobalto e roxo de manganês (MRLX03-[1201]-132) (Hinton, 2012, p. 6-11).

No universo em estudo, foram contabilizadas 12 anforetas/*olive jars* (0,16%), com pastas porosas e acabamentos de superfície esbranquiçados, integráveis nas produções da Bacia do Guadalquivir (MRLX03/04-[1244]-147) (Avery, 1997, p. 131-132). As características morfológicas, observadas na extremidade superior dos exemplares, permitem classificá-los como pertencentes ao "Estilo Médio" (1580-1800) da tipologia de Goggin (1960, p. 4-23).

Atendendo ao espectro cronológico em análise, destacam-se na globalidade do conjunto, 19 fragmentos (5 NMI, 0,06%) fabricados manualmente, referentes a painelas (MRLX03/04-[1337]-046) e uma forma aberta não identificada. Apresentam pastas escurecidas, confeccionadas em ambientes redutores, com abundantes inclusões de elementos não plásticos de pequeno e médio calibre, com superfícies brunidas, finalizadas por um engobe de tonalidades acastanhadas-avermelhadas. O conjunto do Mercado da Ribeira apresenta como paralelos, outros exemplares exumados em intervenções realizadas ao longo da cidade de Lisboa, de que são exemplo: o Beco das Barrelas (Oliveira, 2012, p. 133) e a Rua da Saudade, n.º 2 (Simões, 2015, p. 151-160), inseridos em estratigrafias datadas da segunda metade do século XVIII.

Entre o restante espólio em estudo, destacamos um pequeno subconjunto composto por 10 fragmentos (2 NMI; 0,03%), executado através de uma pasta porosa de matriz calcária, com uma superfície de tonalidade esbranquiçada e uma decoração impressa, composta por semicírculos denticulados (MRLX03/04-[1224]-244). As características técnicas e decorativas descritas permitem-nos integrar os exemplares, nas produções sevillhanas de recipientes líquidos, designadas por *al-carrazas* (Pleguezuelo, 2000, p.134-136). As pastas

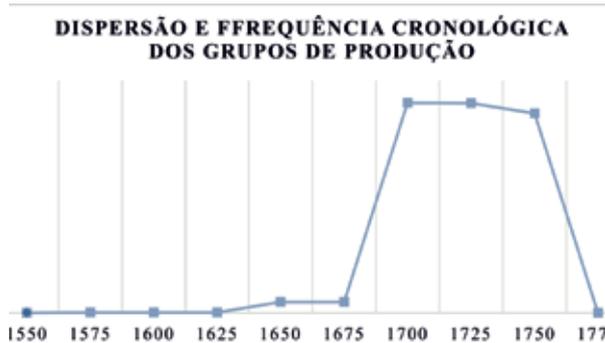
porosas dos exemplares absorviam parte dos líquidos armazenados no seu interior, mantendo-os frescos, assumindo-se como importantes peças para a refrigeração de água durante o verão, entre os finais do século XVII e o decorrer do século XVIII (Amores e López, 2009, p. 563-573).

Por fim, surgem ainda oito fragmentos de grés (2 NMI; 0,03%), com uma pasta de tonalidade bege, revestidos por um vidrado castanho-escuro baço (MRLX03/04-[1015]-041). Apontam uma tipologia de globular, referente a um grande pote de colo curto com um lábio de secção subquadrangular. Idênticos aos exemplares produzidos nos fornos de Sawakhalok, província norte da actual Tailândia, entre os finais do século XIV até meados de 1584 (Craig, 2013, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O estudo das realidades arqueológicas, em torno da estrutura militar de S. Paulo, permitiu depreender diversas hipóteses. Primeiramente, que a estrutura identificada no subsolo da Praça D. Luís I aponta para uma cronologia de edificação posterior à segunda metade do século XVIII. A sobreposição georreferenciada do vestígio, na cartografia de 1856, permitiu-nos levantar como hipótese tratar-se de uma estrutura anexa ao Forte de S. Paulo; estrutura essa, referente a um cais, pelo qual seriam escoadas as peças de artilharia fundidas em *Cata-que-farás* (Vidal, 1994, p. 103-104).

A par desta hipótese, as realidades arqueológicas analisadas no interior da ala Este do Mercado da Ribeira, permitiram verificar uma homogeneidade cronológica, entre as diferentes categorias de produção, demonstrativa de um momento de aterro intencional de todo o Sector 1, ocorrido num só momento, em meados da segunda metade do século XVIII (figura 6). No que respeita, ao paramento Este do Forte de S. Paulo, a inexistência de um registo estratigráfico aos níveis fundacionais do mesmo, inviabilizado pela logística, condicionou a atribuição de uma cronologia de edificação. Decerto, o cruzamento dos diferentes dados estratigráficos e altimétricos indicam-nos que, aquando do processo de aterro do espaço, o vestígio não foi subterrado, podendo ter pré-existido ou ter sido edificado sobre o aterro.



6. Dispersão e frequência cronológica dos diferentes grupos de fabrico analisados em NMI, recolhidos nos depósitos de aterro do Sector 1 (quartel) do Mercado da Ribeira.

Os dados apresentados sugerem que a estrutura sofrera uma ampliação, em meados da segunda metade século XVIII, bem como, que o processo de aterro objetivou o nivelamento do espaço, para a construção de outras estruturas. No levantamento topográfico executado à cidade em 1780, repetido no levantamento de 1856, confirma-se a ocupação do espaço a Este da estrutura militar. Assim como, a nova configuração rectangular do Forte de S. Paulo. Contíguo a si, e a Sudeste do Cais de S. Paulo, verifica-se a construção do *Mercado da Ribeira Nova*, datado o Cais da segunda metade do século XVIII (Gomes, 2014, p. 72-75) (figura 4).

Relativamente ao universo artefactual analisado, este constituiu um ilustrativo exemplo dos quotidianos da Ribeira Ocidental, balizados no decorrer do século XVIII, sendo composto pelos descartes integrados nas diferentes dinâmicas estratigráficas, articuladas com as realidades arqueológicas do Forte de S. Paulo.

A primeira reflexão ao conjunto prende-se na incidência quantitativa das produções nacionais, nomeadamente das faianças portuguesas, reduzidas a formas de mesa individuais, para a degustação de alimentos, tais como: pratos, tigelas e covilhetes. Paralelamente, para a confecção alimentar, o acervo circunscreve-se às produções em barro vermelho, através das variantes formais de: tachos, panelas, caçoilas e fogareiros. Ao passo que, os exemplares revestidos por vidrados plumbíferos, assomam percentualmente, em formas cuja funcionalidade da peça exigia a impermeabilidade do vidrado, como: os alguidares, de apoio à cozinha; as bacias, destinadas à higiene pessoal e os bispotes, de fins sanitários.

Em menor frequência, entre a globalidade do conjunto, foram identificadas produções exógenas de datações mais dilatadas, que incita o carácter excepcional da sua utilização nos quotidianos setecentistas. Seriam possivelmente peças manuseadas com o maior cuidado, atingindo uma maior longevidade no registo arqueológico. Neste grupo, encontram-se as produções esmaltadas, por um azul-esverdeado, dos centros produtores da Ligúria e as porcelanas da China. O relatório formal dos dois subconjuntos abrange, uma vez mais, maioritariamente formas individuais de mesa.

Analogamente, as diferentes produções em grés europeias registadas, evocam tipologias referentes a contentores de líquidos individuais. Por outro lado, as produções em grés do Extremo Oriente restringem-se a grandes contentores de armazenamento de derivados alimentares, funcionalidade essa, que integra no mesmo sentido, o conjunto de anforetas andaluzas identificado.

No conjunto de materiais analisados, sobressaem ainda, os hábitos disseminados aos quotidianos europeus, resultantes das viagens transatlânticas. De que é exemplo, a vulgarização do consumo de tabaco, testemunhado no significativo conjunto de cachimbos em caulino recolhido. Assim como, o consumo de açúcar atestado pelos fragmentos de formas de pão-de-açúcar, a que se associam indirectamente, as pequenas tigelas ou copos, destinados à degustação das bebidas quentes do "Novo Mundo", como: o chá; o café e o chocolate.

Por fim, sobre a estrutura militar que guarneceu a praia de S. Paulo, a partir da segunda metade do século XVII, a sua anulação adveio das diferentes dinâmicas urbanísticas, que estrangularam progressivamente, os seus paramentos pétreos. A partir da segunda metade do

século XIX, a reestruturação urbana da frente ribeirinha de Lisboa, desmantelou e subterrou o Forte de S. Paulo. Sobre os seus escombros rasgou-se a Avenida 24 de Julho, definiu-se a Praça D. Luís I e construiu-se o edifício do Mercado da Ribeira.

BIBLIOGRAFIA

- AVERY, G. (1997) – *Pots as packagings: The Spanish Olive Jars and Andalusian Transatlantic Commercial Activity, 16th-18th Centuries*. Gainesville: University of Florida (PhD Thesis).
- BELTRÁN, J.; MIRÓ, N. (2010) – *The ceramics trade in Barcelona in the 16th-17th centuries*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, Institut de Cultura.
- AMORES, F.; LÓPEZ, P. (2009) – Las cerámicas finas-alcarrazas brancas de Sevilla en la Edad Moderna: la expresión barroca de una tradición almohade. In CRUZ-AUÑÓN, R.; FERRER, E., coords., *Estudios de Prehistoria y Arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*, Vol. 1. Sevilla: Universidad de Sevilla, p. 563-573.
- CASIMIRO, T. (2013) – Faiança Portuguesa: datação e evolução crono-estilística. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 16, p. 351-367.
- CHARNOCA, C.; MIGUEL, L.; PINTO, M. (2005) – *Mercado da Ribeira: Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos*. Relatório depositado na Direcção-Geral do Património Cultural (Lisboa).
- CRAIG, J. (2013) – Southeast Asian and Chinese Ceramics in the Shipwreck Galleries: the Abbott Collection Catalogue. *Report – Department of Maritime Archeology*, 320, p. 1-31.
- EDWARDS, D.; HAMPSON, R. (2005) – *White Salt-Glazed Stoneware of the British Isles*. Woodbrige Suffolk: Antique Collectors' Club.
- FERREIRA, S. (2015) – *O sítio do forte de São Paulo: estudo arqueológico da Ribeira Ocidental de Lisboa na época moderna*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- GOGGIN, J. (1960) – *The Spanish Olive Jars: an Introductory Study*. New Have: Yale University Publications.
- GOMES, A. (2014) – *Os caes do sítio da Boavista no século XVIII: estudo arqueológico de estruturas portuárias*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- GREEN, C. (1971-1979) – *John Dwight's Fulham Pottery*. London: English Heritage.
- HINTON, J. (2012) – *The Art of German Stoneware 1300-1900: from the Charles W. Nichols collection and Philadelphia Museum of Art*. Philadelphia: Yale University Press.
- HUME, I. (1970) – *A guide to artifacts of colonial America*. New York: Alfred A. Knopf.
- JORG, C. (2011) – *Famille Verte – Chinese Porcelain in green enamels*. Belgium: BAI-Shoten Grianger Museum.
- LIMA, D. (1951) – O forte de S. Paulo ou da Tenência em 1793. *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, n.º 53, p. 12-18.
- MACEDO, L. (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés – subsídios para a história das vias públicas da cidade*. Vol. II. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- MACEDO, M.; SARRAZOLA, A. (2012) – *Parque de Estacionamento da Praça D. Luís I. Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos*. Relatório depositado na Direcção-Geral do Património Cultural (Lisboa).
- MATOS, M. (2003) – *Porcelana chinesa na colecção Calouste Gulbenkian/Chinese Porcelain in the Calouste Gulbenkian Collection*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MEDICI, T. (2011) – O espólio vítreo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 14, p. 313-353.
- MURTEIRA, H. (1994) – Freguesia de S. Paulo. In SANTANA, F.; SUCENA, E., dirs., *Dicionário de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, Lda.
- Museu Nacional do Azulejo – *Cronologia do Azulejo em Portugal*, p. 2. [http://www.museudoazulejo.pt/Data/Documents/Cronologia%20do%20Azulejo%20em%20Portugal.pdf. Data da consulta: 01/2015].
- OLIVEIRA, E. (1904) – *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VI. Lisboa: Thyphographia Universal.
- OLIVEIRA, F. (2012) – *Espólio de Idade Moderna, provenientes do Beco das Barrelas, Alfama*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- PINTO, M.; FILIPE, I.; MIGUEL, L. (2011) – Cachimbos de caulinos provenientes do Mercado da Ribeira: contributo para a história sócio-económica da Lisboa Moderna. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 7, p. 41-47.
- PLEGUEZUELO, A. (2000) – Cerámicas para agua en el Barroco Español: una primera aproximación desde la literatura y la pintura. *Ars Longa: cuadernos de arte*, 9-10, p. 123-138.
- ROSSA, W. (1990) – *Indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Tese de Mestrado).
- SARRAZOLA, A.; BETTENCOURT, J.; TEIXEIRA, A. (2013) – Lisboa Ribeirinha: evidências arqueológicas de uma vocação marítima milenar. *Revista Património*, 1, p. 143-146.
- SIMÕES, S. (2015) – Uma panela na Rua da Saudade, Lisboa – Legado de populações escravas em Portugal? In SAEZ DE LA FUENTE, I.; TEJERIZO, C.; GONZÁLEZ, L.; HERNÁNDEZ I, B.; HERNANDO, C., coords., *Revista Arkeogazte – Arqueologías sociales. Arqueología en Sociedad. Actas das VII Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica*. Vitoria-Gasteiz: Arkeogazte, p. 151-160.
- SOUSA, É. (2005) – Tipologias das formas de açúcar dos séculos XVI e XVII da Cidade de Machico, Ilha da Madeira. In BICHO, N.; CARVALHO, A. coords., *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve, p. 307-313.
- VALENSTEIN, S. (1989) – *A Hand Book of Chinese Ceramics*. New York: The Metropolitan Museum of Art.
- VIDAL, A. (1994) – *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*. Lisboa: Editora Veja.

CARTOGRAFIA

- Carta Militar de Portugal à escala 1:25 000 folha 431 Lisboa*. Série M888 4.ª ed. Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 1993.
- FOLQUE, Filipe (1871) – *Planta topográfica da cidade de Lisboa*. Lisboa: Museu da Cidade de Lisboa (Colecção Cartografia, MC.GRA.480).
- RIBEIRO, João Pedro (1947) – *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada também segundo o novo alinhamento dos architectos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel. Lisboa, 1947*. Lisboa: Museu da Cidade de Lisboa (Colecção Cartografia, MC.GRA.35).